SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

PT

DIRETRIZES PARA UMA CIDADE ANTIRRACISTA

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 04

APRESENTAÇÃO 05

EIXOS 06

AÇÕES BÁSICAS 07

RECURSOS E ESTRUTURA 07

DEMOCRATIZAÇÃO 08

PRIORIDADE ÀS MULHERES NEGRAS 08

SAÚDE 10

COMUNIDADES QUILOMBOLAS 11

ESTADO LAICO E LIBERDADE RELIGIOSA 12

JUVENTUDE 14

TRABALHO E EMPREGO 15

EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 17

EDUCAÇÃO E CULTURA 18

SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

PT

INTRODUÇÃO

As eleições de 2020 serão realizadas em um ano complexo e de muitos desafios para a população brasileira.

Vivemos crises nacionais e internacionais: econômica, política, sanitária, ambiental e um aumento das desigualdades no mundo.

O Brasil vive um processo de ascensão da extrema direita ao poder, após as eleições de 2018 e ao golpe parlamentar de 2016. Nesse contexto, no qual as forças democráticas lutam por uma vida digna e com direitos, a população negra sofre ainda mais com o recrudescimento do racismo, das desigualdades sociais, raciais, de gênero e com os efeitos da pandemia do coronavírus.

Pandemia essa, que atinge de forma mais contundente a população pobre, negra, quilombola, de rua, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de terreiro.

Os candidatos e as candidatas negros do PT são instados a construir suas campanhas e programas de governo em diálogo com essa realidade desafiadora.

Em 2020, a campanha **Vidas Negras Importam** e o antirracismo por ela demandado e anunciado transformaram-se em pauta de reivindicação de pessoas negras e não negras nos mais variados lugares do mundo e no Brasil. Em nosso país, assistimos mobilizações nas redes sociais, nas TVs e nas ruas.

Essa situação ratificou ainda mais uma das afirmações históricas do Movimento Negro: toda e qualquer proposta democrática precisa incorporar o antirracismo.

A Secretaria de Combate ao Racismo do PT, visando aprimorar as plataformas de campanha dos pré-candidatos negros e negras, apresenta Diretrizes para a Elaboração de Programas de Governo das Candidaturas Petistas nas Eleições Municipais de 2020.

Embora o foco sejam as candidaturas negras, essas Diretrizes dirigem-se a todas as candidaturas do Partido, negras e não-negras, uma vez que as políticas de igualdade racial são reconhecidas como um dos eixos importantes dos governos e administrações petistas, e o combate ao racismo é um dos eixos integrantes do Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar.

APRESENTAÇÃO

As diretrizes de programa de governo contidas nesse texto objetivam ser uma contribuição para as candidaturas às prefeituras e às câmaras de vereadores. Elas foram elaboradas pela **Secretaria Nacional de Combate ao Racismo**, a partir de uma adaptação para o âmbito municipal das propostas elencadas no documento ***O Brasil que o Povo Negro Quer***, que integrou o Programa de Governo da campanha presidencial de Fernando Haddad em 2018 e de contribuições de gestores de diversos níveis da administração pública.

Incorporamos ainda as deliberações do 7º Congresso Nacional e do caderno de formação **O Modo Petista de Governar e de Atuação Parlamentar**, publicado pela Escola Nacional de Formação, bem como as experiências acumuladas de inúmeras administrações petistas.

Compreendemos que a desigualdade econômica e social entre negros e brancos precisa ser enfrentada, primeiramente, pelos governos federal e estaduais. Contudo, consideramos que os municípios podem e devem desenvolver políticas públicas; e incentivar ações privadas no sentido da reparação, promoção de igualdade racial e desenvolvimento de estratégias para a conquista da equidade.

Para efeito de compreensão, entendemos que a equidade de oportunidades se refere ao desenvolvimento de políticas públicas que visam a desenvolver programas e ações que superem obstáculos e discriminações, decorrentes de questões individuais ou sociais. Trata-se de reconhecer as desigualdades para promover a justiça social.

Propomos 10 ações básicas para combater o racismo e promover a igualdade racial nos municípios partindo de seis premissas básicas:

a) As políticas a serem implementadas devem e precisam ter caráter transversal, envolvendo o conjunto das secretarias e órgãos de gestão, bem como, a necessária presença de pessoas negras no primeiro escalão, para além dos órgãos de promoção da igualdade racial a serem criados;

b) É fundamental a retomada das políticas de promoção da igualdade racial já desenvolvidas por administrações anteriores, petistas ou não petistas, atualizando as experiências adquiridas e projetando novas perspectivas;

c) É central o enfrentamento à vulnerabilização e à violência contra a juventude negra a partir da compreensão que se trata de um problema com dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas que impactam a população como um todo;

d) As mulheres são o epicentro das famílias negras, a principal força à sua manutenção e o segmento mais vulnerável da nossa sociedade. Todas as políticas públicas deverão tê-las como foco principal;

e) Os programas nacionais voltados à promoção da igualdade racial criados nos governos do PT, em que pese terem sido abandonados pela extrema direita que governa o país, devem servir de referência para a elaboração de ações municipais.

f) É necessário que os mandatos executivos e legislativos estejam atentos ao momento pós-pandemia e proponham projetos e programas capazes de contribuir com a recuperação dos grupos e regiões mais vulnerabilizados.

EIXOS

Propomos que os programas de governo das nossas candidaturas aos executivos municipais sejam desenvolvidos a partir de um grande **"Eixo Articulador"**: Desenvolvimento Local Sustentável e Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI, subdivido em quatro eixos, com interfaces entre si, conforme elaboração da Escola Nacional de Formação do PT:

1) **Participação Popular Cidadã e Controle Social**, que se desdobra em Planejamento Territorial;

2) **Desenvolvimento Urbano e Rural e Direito à Cidade**, que se leve em conta o Desenvolvimento Econômico com Inovação e solidariedade;

3) **Políticas Públicas a Realização de Direitos**, que se desdobra em Segurança, Educação, Saúde, Cultura, Mulheres, Juventude, LGBTIQ+ e Combate ao Racismo;

4) **Gestão Ética, Democrática e Eficiente**, que se desdobra em Governo Digital, Planejamento e Gestão Orçamentária, Financeira, Patrimonial e Tributária.

Objetivando o diálogo e a transversalidade com esses 04 eixos, sugere-se o desenvolvimento de dez ações básicas.

AÇÕES BÁSICAS

RECURSOS E ESTRUTURA

É imprescindível que os orçamentos votados nas câmaras municipais e destinados pelos respectivos Executivos sejam adequados para o desenvolvimento das políticas públicas de igualdade racial definidas. Que os órgãos gestores e/ou programas estabelecidos contem com pessoal capacitado e estrutura para execução dessas políticas.

A transversalidade de todas as políticas públicas voltadas para a população negra é de fundamental importância, assim como a criação ou fortalecimento de estruturas permanentes que coordenarão a implementação dessas políticas. É necessário a criação e fortalecimento de uma Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, em nível de primeiro escalão, reportando-se diretamente à prefeita ou ao prefeito.

Propomos que seja criado ou ampliado um conselho consultivo, eleito democraticamente em Conferência Municipal específica para debater as questões raciais.

DEMOCRATIZAÇÃO

Uma das formas de democratizar o Estado e alargar a representação negra nas instâncias deliberativas e consultivas é incorporar as formas tradicionais de organização e interlocução.

Os nossos governos devem ter ousadia e avançar no sentido de considerar o importante papel das lideranças negras no seio das comunidades e das famílias como mediadoras de conflitos e organizadoras da vida comunitária. Esse formato de organização extrapola as representações que historicamente o Estado brasileiro reconhece como legítimas.

As religiões de matriz africana e comunidades quilombolas, onde houver, deverão ter assento em todas essas instâncias, em pé de igualdade. E no caso dos povos e comunidades tradicionais, que tenham as mesmas oportunidades das demais religiões.

PRIORIDADE ÀS MULHERES NEGRAS

As mulheres negras representam o segmento da nossa sociedade que mais sofre com a discriminação. Todavia, ao longo da história, foram quem - a despeito das ações do Estado no sentido contrário - garantiram a sobrevivência das famílias negras, durante e depois da escravidão. Nossos governos avançaram de maneira significativa nesse sentido, mas necessitamos avançar muito mais. Assim, nossas prefeituras e nossos parlamentares devem desenvolver ou propor programas e ações que promovam a igualdade entre mulheres e homens, considerando as singularidades das mulheres negras priorizando:

Na Câmara e na Prefeitura

- Políticas públicas, por meio de normatizações legais ou ações junto a iniciativa privada que busquem igualdade de tratamento, de salários e de oportunidades no mundo do trabalho, em especial no trabalho doméstico assalariado;

- Implantação de um Pacto Municipal de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, articulado com ações na área de segurança pública que visem a superação da discriminação racial e de gênero;

- Criação de programas específicos de capacitação profissional, elevação de escolaridade criação de oportunidades de trabalho e renda para as mulheres negras, especialmente as trabalhadoras domésticas, as empreendedoras e aquelas com alto índice de vulnerabilidade;

- Incorporação do recorte de gênero e raça nas metodologias de análises e avaliação da qualidade da educação, saúde, oportunidade de emprego e combate a todas as formas de violência;

- Adesão ao Pacto Nacional de Enfretamento à violência contra as mulheres, monitorando estatisticamente por meio do quesito raça/cor;

- Promoção de campanhas de combate ao racismo, ao feminicídio, à violência doméstica e sexual contra as mulheres negras, cis e trans;

- Programas de geração de renda para as mulheres que foram afetadas pelos efeitos da pandemia com cursos profissionalizantes para requalificação e reinserção no mercado de trabalho.

SAÚDE

O Sistema Único de Saúde ainda é um espaço onde o racismo estrutural e institucional se faz presente. Uma quantidade significativa de enfermidades físicas e mentais que atingem principalmente a população negra ainda não recebeu a atenção devida das pesquisas, no atendimento ambulatorial e na prevenção. As gestões petistas no que diz respeito à saúde da população negra priorizarão:

Na Câmara e na Prefeitura

- Aderir ao Programa Nacional de Saúde da População Negra e de Saúde da Mulher Negra. Construir um Pacto Municipal de Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, combatendo a violência obstétrica;

- Implementação do Programa Municipal de Saúde Mental da População Negra;

- Criação do Programa Municipal de Redução dos Danos Ocasionados pela "drogadição", buscando parcerias com outras esferas de governo;

- Propor e desenvolver - só ou consorciado com outros municípios - parcerias com universidades públicas para o desenvolvimento de pesquisas sobre as doenças com maior incidência na população indígena e negra;

- Criar Programa Municipal de formação e qualificação dos trabalhadores em saúde acerca das especificidades da saúde da população negra e as doenças físicas e mentais decorrentes do racismo;

- Implementar programas municipais de combate e prevenção da anemia falciforme, miomas, hipertensão e outras doenças que afetam principalmente a população negra, com monitoramento e orçamento próprios.

- Criar programas de saúde específicos para as mulheres negras voltados para os efeitos da pandemia.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Localizados majoritariamente no meio rural, os quilombolas enfrentam dificuldades de toda ordem, como distância em relação aos centros econômicos, comunicação precária, ausência de políticas públicas efetivas, desrespeito aos direitos adquiridos, ataques violentos de fazendeiros, madeireiros, construção de barragens, racismo nas mais diversas formas.

O governo Bolsonaro, indiscutivelmente, promove o genocídio e o etnocídio dos habitantes das comunidades tradicionais agravando suas condições de vida em todo o país. Os municípios, até mesmo por força da lei, têm poucos instrumentos para se contrapor a essa onda destrutiva, mas para além da solidariedade, enquanto entes federativos, podem desenvolver algumas ações para proteção e valorização dessas comunidades.

Na Câmara e na Prefeitura

- Priorizar as compras institucionais de produtos oriundos dessas comunidades;
- Criação de programas de incentivo a volta à terra e à ruralização voluntaria, especialmente da juventude;
- Programa de valorização nos currículos educacionais das culturas das comunidades quilombolas, fortalecendo as diretrizes nacionais curriculares para a educação escolar quilombola;
- Estruturação de uma política integrada de acesso ao crédito para moradia, produção alimentar e comercialização dos bens para a população quilombola;
- Operacionalizar uma política integrada de educação, saúde, cultura, acesso aos meios digitais para a população quilombola e indígena, cujo ponto de partida seja o território quilombola.

- Que nossas administrações elaborem e implementem as diretrizes curriculares municipais para a educação escolar quilombola;

- Criar programa de valorização nos currículos escolares das culturas das comunidades quilombolas, estimulando a formação docente e materiais didáticos específicos;

- Promover recenseamento de todas as comunidades tradicionais no município, utilizando como base os questionários do IBGE;

ESTADO LAICO E LIBERDADE RELIGIOSA

A Constituição Federal assegura a liberdade religiosa e o caráter laico do Estado brasileiro. Em 2013, nosso governo instituiu o Comitê Nacional de Diversidade Religiosa, com a finalidade de promover o livre exercício das diversas práticas religiosas e de disseminar uma cultura de respeito às diferentes crenças e convicções, estimulando o fim do racismo religioso.

As nossas administrações desenvolverão ações voltadas a essas comunidades tradicionais e religiosas no intuito de preservá-las, integrá-las econômica e socialmente, valorizando sua cultura, tradições, valores e formas de sociabilidade, além de defendê-las de ataques e discriminações a partir de:

Na Prefeitura

- Mapeamento das comunidades religiosas do município e o estabelecimento de uma relação institucionalizada com suas lideranças, recebendo suas demandas e contribuições na área de políticas públicas de seu interesse;

- Campanhas institucionais contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana;

- Punição dos meios de comunicação, dos agrupamentos religiosos e particulares que promovam o ódio religioso e ataquem quaisquer denominações religiosas, amparando-se no dispositivo constitucional que estabelece as concessões de canais de rádio e TV, na Constituição e nas leis ordinárias das três esferas de poder;

- Programas educativos voltados para a valorização das religiões de matriz africanas.

Na Câmara

- Garantia de assento nos conselhos participativos ligados ao Executivo e ao Legislativo de representantes de religiosos (as) de matriz africana,

- Proposição de legislação ou apoio a projetos de lei em tramitação nas câmaras municipais que visem o reconhecimento dos sacerdotes e sacerdotisas de religiões de matriz africana como profissionais e autoridades religiosas, assim como àqueles que aumentam as punições a quem promover agressões físicas ou verbais a essas religiões;

- Denúncia sistemática ao Ministério Público de organizações e indivíduos que disseminam o ódio às religiões de matriz africana;

- Criação de programas de facilitação dos trâmites legais, sugerindo leis que garantam isenções tributárias e diminuição das exigências aos templos de matriz africana, de maneira que gozem dos mesmos direitos das demais religiões.

- Isenção das casas de cultos religiosos de impostos, benefício já assegurado às demais agremiações religiosas.

JUVENTUDE

No ano de 2016 tivemos 65.517 homicídios no Brasil, com uma taxa de 30,3 de mortes por 100 mil habitantes, 30 vezes maior do que a verificada na Europa. Já a taxa de homicídios exclusivamente da população negra foi de 40,2 indivíduos para 100 mil habitantes. Portanto, das pessoas assassinadas a cada ano no Brasil, 71,5% são pretas ou pardas, a maioria jovens, uma vez que naquele ano foram assassinados 33.590 jovens no país. Segundo o Mapa da Violência 2017, no começo da década de 80, o pico da taxa de homicídio se dava aos 25 anos, atualmente gira na ordem de 21 anos. Ou seja, estão sendo mortos cada vez mais jovens.

Nossas prefeituras tomarão a iniciativa de propor aos demais poderes, aos governos estadual e federal, às administrações municipais do seu entorno e à sociedade, como todo, um Pacto com o objetivo de promover o desencarceramento da juventude, a diminuição da letalidade policial, o combate a drogadição ao crime organizado e priorizarão:

Na Câmara e na Prefeitura

- Criação de um Comitê Municipal de Enfrentamento ao Extermínio e Encarceramento da Juventude Negra, constituído das várias representações, de caráter participativo, paritário, deliberativo, de forma a monitorar, apurar e atuar preventivamente nos casos de violações dos direitos de jovens negros (as), no extermínio da juventude negra e outras formas correlatas de discriminação, no âmbito da Segurança Pública;

- Criação de um programa de formação e ressocialização dos jovens, em cumprimento de medidas sócio educativas, fornecendo recursos humanos e materiais, ferramentas e acompanhamentos adequados para o seu desenvolvimento, em sintonia com o Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Criação, ampliação e fortalecimento de políticas públicas para a reinserção social e econômica de adolescentes e jovens egressos das instituições de medidas socioeducativas e/ou do sistema prisional, garantido acesso à

educação em todas as fases de cumprimento das medidas, visando a inclusão social por meio de programas nas áreas da saúde, educação, lazer, trabalho e renda, entre outras;

- Oposição a qualquer projeto de redução da maioridade penal, pena de morte e quaisquer outras propostas que apresentem a violência do Estado e aumento do encarceramento como solução para a crise na segurança pública e a criminalidade;

- Apoio a projetos em tramitação no Congresso Nacional e nas Assembléias Legislativas contra "autos de resistência";

- Criar programas de formação e profissionalização específicos para os jovens rurais.

TRABALHO E EMPREGO

Foi durante os nossos governos que o Brasil atingiu a menor taxa de desempregados de toda a história, chegando a 5%. Quando o presidente Lula assumiu a presidência, o desemprego chegava a quase 13%. Segundo o IBGE houve um aumento de 65% do emprego no Brasil e foram criados 20 milhões de novos empregos.

Nossos governos atuarão fortemente para diminuir a desigualdade de acesso e ascensão no trabalho, investirão na capacitação do trabalhador e da trabalhadora negros e acelerarão o desenvolvimento econômico considerando as diversidades regionais e a participação da população negra no processo de distribuição da riqueza. Estas iniciativas serão integradas em um Programa de Ações Afirmativas para as Oportunidades de Trabalho, com os seguintes pilares:

Na Câmara e na Prefeitura

- Promoção de políticas de ação afirmativa nos concursos públicos e de seleção de trabalhadores e trabalhadoras no município;

- Envio de projetos de lei às câmaras municipais que visem impedir a discriminação racial no mundo do trabalho, tanto no serviço público como no privado, buscando transformar em lei as diversas cláusulas sociais formuladas pelo movimento sindical e negociadas com os empregadores, que buscam promover a igualdade racial no mundo do trabalho;

- Estímulo a adoção de programas de ação afirmativa e de combate ao racismo institucional no setor público e privado, além de considerar a existência desses programas como critério para participação das empresas privadas em processos licitatórios, inclusive com a criação de um selo "Empresa Afirmativa" para setores da iniciativa privada que promoverem ações nesse sentido;

- Ampliação do diálogo e colaboração com os setores privados e instituições internacionais ligadas ao combate ao racismo no ambiente de trabalho;

- Envio de projeto de lei às câmaras municipais estabelecendo paridade de raça e gênero para estágios no serviço público;

- Elaboração ou apoio a projetos de lei que visem impedir a discriminação racial nas relações de trabalho, tanto no serviço público quanto na iniciativa privada.

EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Empreendedorismo é uma palavra que virou moda e, via de regra, é utilizada destituída do seu significado original, como forma de legitimar a precarização das relações trabalhistas. Trabalhadores e trabalhadoras têm sido levados a se constituir como pessoa jurídica para prestar serviços a uma grande empresa, abrindo mão de seus direitos e recebendo uma renda similar ou inferior ao que recebiam como empregados, sem oportunidade de crescimento econômico.

O nossos governos desenvolverão medidas que contribuam para que empreendedores (as) e empresários (as) negros (as) tenham oportunidades semelhantes aos brancos, buscando corrigir os impedimentos ao seu desenvolvimento.

Na Câmara e na Prefeitura

- Apoiarão com crédito e capacitação as empresas de pequeno e médio portes, de empreendedores (as) e produtores (as) negros (as);

- Criarão programa de formação/qualificação de jovens empreendedores (as) negros (as) – incluindo as especificidades das comunidades negras tradicionais (quilombolas e comunidades de terreiros) e rurais – em parceria com o Sistema "S", as escolas técnicas e universidades;

- Fortalecerão, a partir de projetos e programas, das micros, pequenas e médias empresas geridas por negros, assim como, contribuirão para facilitar o acesso ao credito e micro credito junto aos bancos públicos e privados.

- Estabelecerão parcerias com os IFs visando ampliar a capacidade técnica e profissional, sobretudo das mulheres e jovens.

EDUCAÇÃO E CULTURA

Os investimentos dos governos petistas em educação não têm paralelo na história do País. Fomos os que mais criaram universidades, cursos técnicos e que mais destinaram verbas à educação básica e superior.

Houve um significativo avanço na implementação das leis 10.639 e 11.645 que emendam a LDB, determinando a inclusão de história, cultura africana e afro-brasileira, e história e cultura indígena, nos currículos escolares. Atualmente, diversas universidades públicas e privadas mantém cursos de extensão ou especialização com esse enfoque, em que pese a resistência de alguns estados e municípios no cumprimento daquela legislação.

Os investimentos feitos nos governos democráticos e populares foram insuficientes para diminuir, de maneira significativa, o verdadeiro Apartheid que ainda vivemos na educação, agravado evidentemente a partir do golpe de 2016 e com o governo Bolsonaro.

No que diz respeito à **cultura**, há que se registrar que ela é o principal fator de identidade de um povo e não pode ser considerada como algo menor em um programa de governo. Os nossos governos acertaram muito na gestão da cultura por desenvolver projetos importantíssimos que buscavam superar a visão puramente comercial e de entretenimento.

A responsabilidade das prefeituras, todavia, é com a Educação Infantil, os ensinos nos níveis Fundamental I e II e, excepcionalmente Educação de Jovens e Adultos. Nesse universo, deverão priorizar as seguintes ações:

Na Câmara e na Prefeitura

- Criação de um programa similar ao PROUNI para o EJA com enfoque especial nos (as) jovens negros (as), principais vítimas da evasão escolar;

- Implementação de programas obrigatórios de formação de professores (as) em torno das leis 10.639, 11.645 e 12.288, estabelecendo parcerias com universidades públicas ou por meio de contratação de especialistas com essa finalidade;

- Investir na formação de especialistas negros (as) nas profissões de ponta, de alta tecnologia e na formação superior nas áreas econômicas com maior presença no município;

- Fazer gestões para incluir no Plano Municipal de Educação a obrigatoriedade da capoeira como conteúdo interdisciplinar no ensino Fundamental I, II e EJA;

- Promoção de festivais escolares de capoeira, promovendo a visibilidade dessa manifestação cultural e a adesão, principalmente de crianças e jovens, respeitando-a e valorizando-a como uma prática cultural holística de grande valor social;

- Promoção de políticas de cultura, valorizando as expressões e patrimônios culturais de matriz africana;

- Implementação de "pontos de cultura", nos moldes daqueles criados pelas gestões Lula e Dilma. Realizar parcerias com os governos estadual e federal;

- Destinar e/ou aumentar recursos para o reforço da produção cultural local, em especial a de origem afrodescendente e indígena, sua visibilidade no município e fora dela, buscando a autonomia financeira dos produtores;

- Criação e ampliação de programas e ações de fomento para as associações negras, clubes, escolas de samba, dentre outras expressões culturais negras como forma de preservar parte significativa do patrimônio cultural material e imaterial;

- Estímulo às manifestações culturais das juventudes negras, com editais específicos para fomento de expressões destas juventudes, tais como: os elementos do hip hop (rap, grafite, break), o funk, os slams e os saraus das periferias;

- Implantar museus de Memória como o Museu Afro Brasil em São Paulo, valorizando a contribuição africana e afro brasileira para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, filosofia, artes e a organização social e política da população local;

- Criar um Calendário de comemorações, alusivas à personalidades negras com significativa contribuição para o desenvolvimento local. Promover pesquisas e novas avaliações que resignifiquem o papel de personagens históricas homenageadas pela cidade, mas que na sua trajetória são responsáveis pela escravidão e/ou discriminação da população negra.

EXPEDIENTE

Publicação do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores
Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

Presidenta Nacional – Gleisi Hoffmann
Secretário Nacional de Comunicação – Jilmar Tatto
Secretário Nacional de Combate ao Racismo – Martvs das Chagas

Equipe de Formulação e texto
Coordenação: Ramatis Jacino
Elis Regina da Silva Gonçalves
Elói Ferreira Araújo
Givânia Maria da Silva
Martvs das Chagas
Nilma Lino Gomes

Coletivo Nacional de Combate ao Racismo
Antônio Ricardo Herculano Da Silva
José Cristiano Cruz Lima
Luana de Lima Souza
Luiz Borges
Luiz Volnei Da Silva - Zoca
Marcos Fábio Rezende Correia
Maria Assunção Souza De Aguiar
Neide Jane Prado Carvalho
Rute Sales
Sandra Mariano

Assessoria SNCR
Roseli Oliveira e Silva

Apoio
Fundação Friedrich Ebert Stiftung
Christoph Heuser
Willian Habermann

Partido dos Trabalhadores

São Paulo

Rua Silveira Martins, 132 • Centro
São Paulo/SP • CEP 01019-000
Telefone (11) 3243-1313

Brasília

SCS, Quadra 2, Bloco C, nº 256 • Edifício Toufic, 1º Andar
Brasília/DF • CEP 70302-000
Telefone (61) 3213-1313

Nossas redes:

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo:

www.pt.org.br/secretarias-e-setoriais/combateaoracismo
www.facebook.com/sncrpt
www.instagram.com/SNCR13

SECRETARIA NACIONAL DE COMBATE AO RACISMO

PT

FRIEDRICH EBERT STIFTUNG